



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,83% São Paulo 0,49% Nova York	103.746 104.740 14/1215/1216/1219/12	R\$ 5,309 (+ 0,28%) 13/dezembro5,31514/dezembro5,30115/dezembro5,31616/dezembro5,294	R\$ 1.212	R\$ 5,629	13,65%	13,66%	Julho/2022-0,68Agosto/2022-0,36Setembro/2022-0,29Outubro/20220,59Novembro/20220,41

NOVO GOVERNO

País terá modelo fiscal sustentável, diz Haddad

Futuro ministro promete criar grupo para acompanhar contas públicas e anuncia nova procuradora da Fazenda Nacional

» HENRIQUE LESSA
» VÍCTOR CORREIA
» RAFAELA GONÇALVES

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que “um modelo de sustentabilidade fiscal” pode ser apresentado pela nova equipe econômica em janeiro de 2023. “É bem possível que, no mês inaugural do novo governo, nós já tenhamos um cenário de sustentabilidade fiscal”, disse o futuro comandante do Ministério da Fazenda, durante coletiva em que anunciou o nome da procuradora Anelize de Almeida como segunda mulher a comandar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). “Em janeiro, com toda a calma, nós vamos demonstrar a sustentabilidade do plano que nós temos a apresentar. Eu sei que tem muita gente que quer soluções de curto prazo, mas o governo precisa tomar posse. Nós não estamos tendo toda a colaboração do mundo nesta transição”, declarou Haddad, durante pronunciamento no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), na tarde de ontem. “É uma transição difícil, tensa, que não conta com a colaboração do atual governo”, acrescentou.

Sem dar maiores detalhes, Haddad afirmou que o futuro governo Lula vai formar uma força tarefa para acompanhar a situação fiscal do país, com atuação conjunta dos Ministérios da Fazenda, e da Justiça, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a PGFN. Ele também reforçou o compromisso de apresentar ao Congresso, até agosto, um conjunto de medidas para definir um novo arcabouço fiscal que deve substituir a regra do teto de gastos. O futuro ministro disse, ainda, que o novo governo pretende continuar negociando a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição, que, segundo ele, deve equacionar o problema orçamentário de 2003. “O Congresso está mostrando boa vontade em resolver o problema que surgiu no meio do ano, tanto o problema no ponto de vista do deficit quanto da dívida”, avaliou.

Apesar da promessa de acertar a questão fiscal em breve, o discurso ainda não foi comprado pelo mercado, que segue receoso, de acordo com analistas. “O mercado

Ed Alves/CB/D.A Press



Fernando Haddad anuncia Anelize de Almeida como procuradora-geral da Fazenda; Gustavo Caldas será o subprocurador-geral



O mercado continua bastante cético, devido à falta de detalhamento de como essa sustentabilidade fiscal seria atingida. Até o momento o que há de concreto é o esforço do novo governo para ampliar o limite de gastos”

Ivan Barboza, sócio-gestor do Ártica Long Term FIA

continua bastante cético, devido à falta de detalhamento de como essa sustentabilidade fiscal seria atingida”, destacou Ivan Barboza, sócio-gestor do Ártica Long Term FIA. “Em que pese a declaração de Haddad, até o momento o que há de concreto é o esforço do novo governo para ampliar o limite de gastos via PEC e a decisão do STF de excetar do teto os valores do Bolsa Família”, acrescentou o analista. Ele frisou que ainda não foi comprovado o grau de importância que o novo governo dará à responsabilidade fiscal.

Segundo Cristiane Quartaroli, economista do Banco Ourinvest, o sentimento de aversão ao risco deve perdurar entre os investidores até que seja apresentada uma proposta concreta de novo arcabouço fiscal, em alternativa ao aumento dos gastos. “Vamos continuar com esse quadro de cautela, refletindo o risco fiscal. Ainda há muitas questões acerca da PEC

de Transição, agora com essa alternativa à proposta apresentada pelo STF”, afirmou.

No anúncio do nome da próxima procuradora-geral da Fazenda Nacional (PGFN), Anelize de Almeida, o futuro ministro apresentou também o nome do próximo subprocurador, Gustavo Caldas, segundo posto na hierarquia do órgão. E ressaltou a importância da PGFN. “Pouca gente dá a importância devida para a necessidade de uma atuação muito fina da PGFN na defesa do Tesouro”, disse. E apontou: “As vitórias que nós tivemos nas últimas semanas dão prova do quão importante é a atuação da advocacia pública no interesse da sustentabilidade fiscal no país”.

Segundo a próxima procuradora geral, a PGFN dará ao novo governo a segurança jurídica para a implementação de políticas públicas de todos os ministérios. Ela é a segunda mulher a chefiar o órgão, depois de Adriana Queiroz, de quem

foi chefe de gabinete. Anelize de Almeida enfatizou a importância da diversidade na alocação dos cargos públicos. “Estou feliz de estar aqui. Acho que o ministro Haddad tem a percepção de quanto mais a gente investir em diversidade e pluralidade, mais o ministério e a sociedade ganham com isso. A gente tem uma agenda de liderança feminina na PGFN, que é muito cara para mim, e na qual eu pretendo continuar investindo”, disse Almeida.

A PGFN é o órgão responsável por representar a União em causas fiscais, cobranças judiciais e administrativas dos créditos tributários e não tributários, além de dar assessoramento e consultoria para o Ministério da Economia, que deverá ser desmembrado em quatro pastas, o Ministério da Fazenda, a quem a PGFN estará subordinada, o Ministério do Planejamento e Orçamento, a pasta de Gestão, e o Ministério da Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Plano para recuperar terras

O senador Carlos Fávaro (PSD-MT), um dos cotados para a pasta da Agricultura no governo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), disse na tarde de ontem, na saída de uma conversa com Lula no hotel em que o petista está hospedado em Brasília, que uma das propostas na mesa do presidente é a criação de uma linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para incorporar 5% das terras de pastagens degradadas em áreas para a agricultura. “Seria possível recuperar 5% ao ano de pastagens degradadas no Brasil com uma linha de financiamento do BNDES”, disse o senador após o encontro que além de Lula teve a presença da presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffman (PR).

Para Fávaro a recuperação de terras degradadas “gera um grande crescimento na produção, gera emprego, gera resultado na balança comercial, gera empregos na indústria que precisa de trator, e tira a pressão por novos desmatamentos”. Segundo o senador, Lula o orientou a procurar Aloizio Mercadante, indicado para chefiar o BNDES, para reforçar a proposta.

Fávaro também apontou a disposição do novo governo em investir na agricultura familiar. “Médios e grandes não precisam da mão do Estado, precisam do que o presidente Lula vai fazer: percorrer o mundo todo para abrir mercados”, disse o senador.

A aposta do agronegócio que tem conversado com o governo petista é exatamente a mudança da imagem do país na questão ambiental, que ampliaria as possibilidades de exportação da produção brasileira. Já quanto a desmatamentos ilegais, o senador aponta que o governo eleito não vai “passar a mão na cabeça” de quem fizer ilegalidades no campo. “Quem quiser fazer um novo desmatamento vai correr todos os riscos das punições que, não tenho dúvida, serão severas a partir de primeiro de janeiro. Não vai ter passa boiada”, afirmou.

Segundo o senador, a proposta discutida com Lula prevê que o BNDES financie a recuperação de 5% da área de pastagens degradadas no Brasil por ano. Segundo o plano, em 20 anos, o país terá dobrado a área destinada à produção agrícola. Fávaro aponta que o país tem 155 milhões de hectares de terras para pastagens, desse total, 40 milhões, mesma área hoje usada na produção agrícola, são propícias para a atividade. “Tudo que foi feito de 1.500 até agora, em 20 anos a gente dobra”, disse o parlamentar. (HL)

Bolsa sobe com decisão do STF sobre orçamento

O Índice Bovespa (Ibovespa), principal termômetro dos negócios na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), operou no campo positivo com a divulgação de novos membros para a equipe econômica e com a perspectiva do fim do orçamento secreto, após os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) formarem maioria pela inconstitucionalidade das polêmicas emendas do relator-geral do Orçamento. Descolado das bolsas no exterior, o indicador, que na máxima do dia chegou a operar acima dos 105 mil pontos, encerrou o primeiro pregão da semana com alta de 1,83%, aos 104.740 pontos.

Em meio às incertezas internas e externas, com agravamento

do conflito entre Rússia e Ucrânia, o dólar comercial fechou em alta de 0,28% frente ao real, cotado a R\$ 5,31 para venda. Em Nova York, Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq recuaram, respectivamente, 0,49%, 0,90% e 1,49%. Os investidores seguem mais pessimistas neste final de ano, após o Federal Reserve (Fed), banco central americano, avisar que novas altas das taxas de juros podem acontecer.

Ariane Benedito, economista especialista em mercado de capitais, classificou o desempenho positivo como uma surpresa. “O mercado abriu o dia bem cauteloso com as decisões do STF. Apesar da incerteza fiscal que ainda perdura, prevaleceu uma

tendência positiva, também por ser fim de ano, quando o fluxo fica menor e você tem um mercado um pouco mais rentável. Então houve a inversão da tendência negativa da B3 na semana passada”, observou.

O futuro Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou Anelize Lenzi Ruas de Almeida como procuradora-geral e Gustavo Caldas como subprocurador-geral da Fazenda Nacional. O anúncio dos nomes não teve tanto peso para o mercado, segundo os analistas, por serem cargos não diretamente envolvidos com a formulação e execução de política econômica.

Ainda no cenário doméstico, investidores também

repercutiram a decisão de ontem à noite do ministro do STF Gilmar Mendes de manter benefícios do novo Bolsa Família fora do teto de gastos. A decisão abre espaço para que o governo fique livre de pressões e negociações para aprovar na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que prevê ampliação do teto em R\$ 168 bilhões, conforme o texto aprovado pelo Senado Federal, que inclui a projeção de investimentos também fora da regra.

Com a possibilidade de um menor risco fiscal e uma menor taxa de juros, as companhias ligadas ao cenário interno ficaram entre as principais altas do

Ibovespa. “Tivemos um movimento de correção das quedas das últimas semanas, sobretudo no início do mês, em uma sessão de respiro. O destaque foi para o setor do varejo, como Lojas Americanas, que teve alta de 12,65%”, disse o especialista em renda variável da Valor Investimentos, Paulo Luives.

De acordo com os analistas, o mercado ainda segue de olho na tramitação da PEC, que precisará ser aprovada pela Câmara em duas votações até esta terça-feira, antes do recesso parlamentar que começa no dia 22. “O mercado segue monitorando as decisões políticas, e a questão fiscal deve seguir com peso grande”, acrescentou Luives. (RG)